

JOÃO DE MAGALHÃES E A OCUPAÇÃO DO CANAL DO NORTE

LUIZ HENRIQUE TORRES*

RESUMO

Levantamento de documentação e de fontes historiográficas referentes aos primórdios do povoamento luso-brasileiro na planície costeira/restinga de São José do Norte a partir da Frota de João de Magalhães (1725) e a ocupação da Barra do Rio Grande de São Pedro.

PALAVRAS-CHAVE: Povoamento luso-brasileiro; São José do Norte; Rio Grande do Sul; período colonial.

I – INTRODUÇÃO

A ocupação colonial em São José do Norte apresenta algumas posturas diferenciadas nos estudos historiográficos sobre os limites do projeto da expedição de João de Magalhães como o primeiro povoamento lusitano do atual Rio Grande do Sul. Inicialmente, podemos constatar na documentação a confirmação do deslocamento da Vila de Laguna da chamada Frota de João de Magalhães e antecedentes que levaram a essa ação. Num segundo momento, a partir do resgate de trechos escritos por alguns autores que analisaram o povoamento colonial, poderemos constatar a diversidade de posições sobre a importância ou transitoriedade desse povoamento enquanto primeira ocupação sistemática (1725-1733) da barra norte do Rio Grande de São Pedro.

A iniciativa da *Frota* partiu do governador de São Paulo, D. Rodrigo César de Menezes, que ordenou ao capitão-mor da Laguna, Francisco de Brito Peixoto, que se deslocasse ao Rio Grande para fundar uma povoação. Apesar de doente e com idade avançada, Francisco de Brito Peixoto procurou cumprir o contrato, porém foi impedido pelos moradores de Laguna, que não aceitaram a sua partida liderando a expedição. Conforme documentos da Câmara da Vila de Laguna, o capitão-mor "com bem má-vontade ficou". Porém, Brito Peixoto, que fora uma figura proeminente na vida pública de Laguna, organizou com recursos próprios uma expedição, chamada nos papéis da

* Professor do Dep. de Biblioteconomia e História – FURG. Resultados parciais obtidos no projeto *São José do Norte: história & patrimônio*.

Câmara de Laguna de "frota", encarregando o seu genro João de Magalhães para chefia-la. Este executou a expedição, composta por mais trinta pessoas "que desceram até as barrancas da futura vila de São José do Norte."¹ Posicionando-se na parte norte do canal do Rio Grande de São Pedro, lá permaneceram "impedindo o passo aos castelhanos e Tapes, a que se não introduzissem nas campanhas do Rio Grande, sendo a maior parte deste corpo homens pardos escravos do dito povoador".² O povoamento da planície costeira na restinga de São José do Norte processou-se neste quadro de expansão lagunense voltada ao controle do fluxo do gado da vacaria do mar. Até julho de 1734, já estavam estabelecidas 27 fazendas ou invernadas nessa área, demonstrando o interesse luso-brasileiro nessa atividade econômica e a necessidade em avançar para o Sul do Brasil. O povoamento oficial da barra do Rio Grande, a partir da orientação emanada do Conselho Ultramarino Português, ocorreu em fevereiro de 1737, com a fundação na parte sul do canal do que se constituiria a atual cidade do Rio Grande.

2 – A DOCUMENTAÇÃO QUE ANTECEDE OU CONFIRMA A REALIZAÇÃO DA FROTA DE JOÃO DE MAGALHÃES

2.1 – Francisco Ribeiro (1704)³: "Para se conservarem e segurarem estas terras é necessário fazer as Povoações apontadas com os seus Presídios, fazendo justamente fácil a comunicação com o Brasil por todas as partes, e principiando pela Costa se deve fazer uma povoação no Rio Grande, 52 léguas da Laguna, povoação nossa que fica em 29 graus; é em duas Companhias e 50 cavalos em uma tropa, com uma fortificação ordinária e pouca artilharia, por não haver navegação mais que para lanchas pelo dito Rio Grande. Em Maldonado, distante do Rio Grande oito dias de caminho, indo a cavalo, é necessário fazer outra fortaleza com 3 Companhias de 100 homens cada uma e uma tropa de 50 cavalos; nesta povoação deve fazer-se melhor fortaleza, porque tem bom surgidouro, e necessita-se de boa artilharia, a respeito do dano que lhe podem fazer pelo mar. Entre Maldonado e o Rio Grande há uma alagoa [Lagoa Mirim], que, principiando em Castilhos, vai ao sobredito Rio Grande fazer barra, em que seguram haver muita quantidade de ouro; porém, isto é notícia dos Índios, com alguns fundamentos de verdade, mas na tal notícia não há certeza. De Maldonado à Colônia são 8 ou 9 dias de marcha ordinária, indo a cavalo. (...) Para todas estas fortalezas e povoações é conveniente e preciso mandar casais e moradores para a cultura das terras e em quantidade concernente a sua grandeza, mandando-se estes em dobrado número para a Colônia, por ficar sendo cabeça daquele estado.

¹ CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre: Globo, 1980. p. 91.

² *Inventários e Testamentos de São Paulo*. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, v. 27, p. 318.

³ Francisco Ribeiro (1704), sargento-mor do exército português, atuou vários anos na Colônia do Sacramento, sendo conhecedor da costa leste e campanha do atual Rio Grande do Sul e Uruguai.

Assim se poderá tirar o lucro da fertilidade das terras, conseguir a riqueza das Índias e dar aos portugueses habitação onde largamente vivam com toda a comodidade, comunicando-se com o Brasil, assim pela Costa como por S. Paulo, sendo-lhe inevitável o comércio de Índias, fácil o trato da América e o rendimento das minas de prata já descobertas e das que, com o tempo, descobrirá a diligência ..."⁴

2.2 – Juiz e oficiais da Câmara de Laguna (1715): "... O Rio Grande nos consta por vários moradores desta povoação como pelo povoador dela o Capitão-mor Francisco de Brito Peixoto, que cursaram toda essa campanha do Rio Grande em tempo a que iam conquistar o gentio bárbaro ser o dito Rio Grande a melhor terra de toda a América do Brasil para se povoar, onde se pode acomodar todo o Brasil sem que nele mostre os milhões de moradores que tiver em si, pelas grandes e dilatadas campanhas que tem e que da barra do dito Rio Grande para dentro poderá ter de comprido 50 ou 60 léguas, pouco mais ou menos, em que em partes se não vê terra de uma parte e outra com os mesmos climas acima nomeados e com muitas mais conveniências que poderá resultar a S. Majestade pelas muitas minas de prata e ouro que distam poucas léguas do dito Rio Grande as quais senhoreiam os padres da Companhia castelhanos, com os gentios das aldeias, que pela distância se verifica com toda a verdade estarem nas terras de Portugal, juntamente a conveniência do muito gado que hoje está pastando nas campanhas do dito Rio onde vem beber entre a barra da banda que corre a costa até Maldonado e Montevideu, tanto assim que diz o dito capitão-mor e mais moradores que uma sumaca à vila dentro do Rio Grande pode ir matando gado que em tanta quantidade há por aquelas partes e o Rio dentro capaz de andar qualquer nau de alto bordo à vila, como já em uma ocasião entrara no dito Rio Grande uma fragata corrida do tempo e somente tem a dificuldade a barra de se não conhecer do mar, por ser tudo terra rasa e somente fazendo uma ou duas torres de uma banda e outra é que podia entrar qualquer embarcação na dita barra ou porto onde dizem que na costa, fora da barra, faz dois canais para entrar, um a sueste, outro ao nordeste; no tocante aos mantimentos do Brasil e da Europa dizem que muito melhor se dão aí que em nenhuma parte; de madeiras e pescado de toda a casta se podiam carregar frotas. Passa o referido na verdade e juramos aos Santos Evangelhos e por nos ser pedida esta a mandamos passar por duas vias, por nós assinadas".⁵

2.3 – Rodrigo César de Menezes (1722)⁶: "Senhor. Constando-me por várias pessoas a utilidade que Vossa Majestade podia ter em mandar povoar o Rio Grande, procurei

⁴ In: CESAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDURGS, 1981. p. 66-69.

⁵ Informações do Juiz e Oficiais da Câmara da Laguna de Santo Antônio, 6 de janeiro de 1715 (Anexo ao documento n. 4000). Inventário dos documentos relativos ao Brasil, por Eduardo de Castro e Almeida. In: CESAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDURG, 1981. p. 73-74.

⁶ Rodrigo César de Menezes foi governador de São Paulo. Dirigiu esta carta ao Rei datada de 3 de outubro de 1722.

examinar com mais individuação este particular e uniformemente concordamos todos os práticos ser muito útil a dita povoação, e por último mandei vir a minha presença um castelhano de boa capacidade e inteligência, que há bastantes anos tem feito grande serviço à Real Coroa de Vossa Majestade na Colônia do Sacramento, e ouvindo-o com vagar me deu a informação inclusa, que remeto a Vossa Majestade como também o Mapa, e me parece não deve Vossa Majestade desprezar o negócio de tanta importância, como também não dilatar a resolução de mandar povoar toda aquela Fronteira, de cuja capacidade pela abundância e fartura se pode fazer uma das maiores povoações da América, e para adquirir e conservar a subsistência dos índios Minuanos, que são os mais poderosos e guerreiros, com boa inclinação aos Portugueses e acérrima oposição aos Castelhanos, bastará que Vossa Majestade mande contentá-los com alguns mimos de que eles fazem estimação e de que muito se pagam, como se verá na Relação. Deus guarde a Real pessoa de Vossa Majestade. São Paulo, 3 de outubro de 1722. Rodrigo César de Menezes.⁷

2.4 – David Marques Pereira (1727)⁸: "tendo à sua custa no Rio Grande de São Pedro seu genro João de Magalhães com alguns escravos seus para que aquela parte esteja sempre povoada para estar a campanha facilitada para os moradores desta Capitania [São Paulo] poderem mais seguramente com facilidade ir a ela buscar gado como costuma e também para impedir alguns escravos e administrados que fujam para Espanha ou para o gentio da campanha".⁹

2.5 – Francisco Brito Peixoto (1726)¹⁰: "Mandei no serviço de S. Majestade que Deus guarde, para o Rio Grande de São Pedro 31 homens à minha custa e por capitão deles o meu genro João de Magalhães a quem ordenei que chegando à paragem do Rio Grande escolhessem algum lugar que fosse mais conveniente para formarem as suas casas em forma de povoação e logo façam canoas de pau, suficientes para serventia de passagens de gado, encomendando-lhe também aquele zelo e diligência de passarem gado para estas partes da nossa campanha para a multiplicação, pois é um grande serviço que se faz a El-Rei Nosso Senhor, enxotando-o para o meio da campanha para o dito gado tomar posse e hão de encurralar na povoação, e todas as vezes que tiverem necessidade ou

⁷ *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, v. 32, p. 50-51.

⁸ O militar David Marques Pereira, tenente-general, foi destacado pela administração colonial portuguesa para acompanhar os movimentos lagunenses e dos espanhóis no Rio Grande de São Pedro. O documento transcrito foi datado de 20 de abril de 1727.

⁹ FORTES, Borges. A frota de João de Magalhães. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IHGRS, 1º trim. 1934, p. 77.

¹⁰ Francisco Brito Peixoto era o guarda-mor da Vila de Laguna, que tinha jurisdição sobre o Rio Grande de São Pedro. Laguna possuía uma posição geográfica privilegiada, por apresentar um porto praticável e estando localizada no caminho marítimo entre São Paulo e a barra do Rio Grande.

carecerem de alguma coisa me mandará o dito capitão avisar por algum homem que tem em sua companhia. Também se me oferece dizer a Vossa Mercê que já desta banda do Rio Grande se acham 800 reses de gado vacuum que mandei buscar das campanhas à minha custa, do tempo do governo do Sr. Francisco de Távora a esta parte, por entender que nisso fazia serviço a Sua Majestade que Deus guarde, para a multiplicação na campanha desta parte, e por não haver nela gado algum e ter capacidade para nela estarem milhões de gado, e na diligência de conduzir mais estou sempre. Também digo a Vossa Mercê que tenho adquirido a boa amizade dos índios Minuanos à custa da minha fazenda por mimos que daqui lhes tenho remetido, e como já não podia com tanto gasto, pelo estado em que me acho, e ser conveniente ao real serviço a amizade destes gentios, por estarem as campanhas francas para delas se tirar quanto gado quiserem, recorri ao Sr. General mandasse alguns mimos por conta da Fazenda real os quais o dito Sr. mandou, e eu lhes remeti; e no que respeita ao que ordenei ao cabo que foi não tenho aviso; e no que respeita ao que diz Vossa Mercê se acham casais ou pessoas que eu possa nomear e queiram ir para o dito Rio Grande, respondo a Vossa Mercê que nesta povoação não há gente nenhuma que possa ir, porque aqui não há a necessária para esta vila, e se daqui se tirar algumas ficará outra vez deserta; mas o que posso assegurar a Vossa Mercê é que as campanhas do Rio Grande de São Pedro estão facilitadas. E como tudo o que digo a Vossa Mercê é verdade, nada mais tenho que informar. Deus guarde a Vossa Mercê por muitos anos (...)"¹¹.

2.6 – Conselho Ultramarino Português (1730)¹²: "E sendo tudo visto – pareceu ao Conselho representar a V. Mag. que pelas razões que representa o Governador que foi da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, e o Governador do Rio de Janeiro e adverte o Procurador da Coroa, que se mostre evidentemente o quanto é conveniente que V. Mag. se sirva mandar fortificar o porto do Rio Grande de São Pedro da banda do sul, porque por esta parte poderemos ficar senhores dos grandes campos que há até a Serra de Maldonado, que fica na boca do Rio da Prata, o que se não conseguirá se fundarmos a Colônia da parte do Norte, nomeando V. Mag. para esta empresa ao tenente de general David Marques Pereira, não só por ser ele o que foi estabelecer o mesmo posto, fazendo-se prático naquelas campanhas, mas também por ser de conhecido valor e capacidade para esta expedição, fazendo V. Mag. a mercê da patente de coronel de infantaria, a que está a caber, e de uma ajuda de custo competente para se preparar e por logo pronto para a viagem. E porque é preciso que leve consigo um oficial subalterno que o ajude e seja capaz de

¹¹ Carta de Francisco de Brito Peixoto ao tenente-general David Marques Pereira em 1726. In: MONTEIRO, Jônatas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento*. Porto Alegre: Globo, 1937. v. 2. p. 177.

¹² O Conselho Ultramarino Português era o órgão da administração colonial lusitana responsável pelo planejamento das estratégias geopolíticas para a colonização do espaço nos quadros do Império Ultramarino Luso, bem como ser uma instância consultiva a que o Rei voltava-se com frequência.

o poder substituir em sua falta, aponta o Conselho a V. Mag. para este efeito ao capitão Jerônimo de Leiria, da Guarnição da Província do Algarve, dando-lhe a patente de sargento-mor e uma ajuda de custo competente, o qual oficial propôs o mesmo David Marques havia servido em toda a guerra com muita distinção e valor, sendo grande operário de fortificação: e por convir muito que estes oficiais vão servidos, que ambos por uma carta somente, sem mais outra patente os mande V. Mag. embarcar na fragata que está para partir para o Brasil dando-lhes cerradas as ordens que hão de executar, as quais não abrirão senão no Rio de Janeiro, ordenando V. Mag. ao Governador daquela praça lhe dê um oficial engenheiro com quinze peças de artilharia e um oficial para ela, e dois capitães de infantaria, com cento e oitenta soldados dos melhores que houver na mesma praça e todo o dinheiro e o mais que for necessário para esta operação e fatura da fortaleza e que o Governador de São Paulo lhe mande também dar vinte soldados dos melhores que tiver o Presídio de Santos por serem muito práticos naqueles caminhos e oitenta índios das Aldeias daquela capitania para fazerem a dita fortaleza, indo tudo embarcado em sumaca até a povoação da Laguna e dali que vá a guarnição por terra até o Rio Grande, que são noventa léguas, e os mais petrechos que se conduzam por mar até o mesmo Rio Grande, com práticos que lá tenham entrado e chegado que seja tudo ao dito porto que se fortifique nele da banda do sul, na melhor paragem com tal brevidade que no tempo do estio, que naquelas campanhas é de setembro até fevereiro, estejam fortificados, e que sendo-lhe necessária alguma gente que possam valer na que há nas duas vilas de Laguna e Santa Catarina que são as mais vizinhas, ficando a dita fortaleza sujeita ao Governador do Rio de Janeiro, na forma que o é a praça da Nova Colônia, porque por aquela Provedoria hão de ser pagos e por ela lhe devem ir os socorros necessários, enquanto o Governo de São Paulo não tiver a possibilidade necessária para socorrer esta colônia com gente, munições e dinheiro, a qual possibilidade não tem ao presente; e entende o Conselho que esta é a forma mais segura de fundar senão depois que estiver estabelecida e para a frota futura que tiver de ir para o mesmo Rio de Janeiro se poderão mandar os oficiais que forem preciso para este novo Presídio e o mais que para ele for necessário e a todo tempo podem também ir os casais que V. Mag. tinha resoluto fossem da Ilha do Pico para povoarem a Ilha de Santa Catarina e a Nova Colônia do Sacramento, porque por este meio se pode não só segurar melhor o dito Presídio, mas também povoarem aquelas terras, que prometem de si tão abundantes interesses, assim para a Fazenda Real, como também para utilidade e benefício dos vassalos de V. Mag. continentes naquele país, e de todo o Brasil, e deste reino, na extração dos gêneros que dele podem sair, podendo-se seguir outras maiores conveniências que o tempo pode descobrir, circunstâncias todas que devem fazer grande pendor na alta e soberana ponderação de V. Mag. (Lisboa Ocidental – 19 de abril de 1730, Costa, Abreu, Vargas, Souza, Metello)."

2.7 – Francisco de Brito Peixoto, 20 de agosto de 1732: "Se queira dignar me fazer mercê dar-me esses campos e terras que começam de um rio, que chamam Tramandaí, da parte norte, correndo o caminho do sudoeste da parte de dentro até o Rio Grande, deixando o campo que corre ao longo deste, como repartição ao dito campo; que peço a Vossa Majestade para mim e minha família, ao longo da praia que vai acabar no mesmo Rio Grande de São Pedro, e justamente me anima a fazê-lo uma carta com que Vossa Majestade mandará o que for servido".

2.8 – Câmara da Vila de Laguna (1734)¹³: "Exmo. Sr. Sobre o informe que V. Exa. nos pede de ter sido ou não o capitão-mor desta vila Francisco de Brito Peixoto que abriu caminho desta vila para o Rio Grande de São Pedro e do Rio Grande para a nova Colônia, certificamos a V. Exa. ser verdade e sem dúvida alguma que além dele dito capitão-mor e seu pai Capitão Domingos de Brito Peixoto terem sido os povoadores desta vila da Laguna à custa de suas fazendas sem adjutório da Fazenda Real e despesa alguma ser verdade ter sido o dito capitão-mor o que descobriu e facilitou o caminho e campos desta vila para o Rio Grande de São Pedro e do Rio Grande para a nova Colônia como acima dizemos por ordem que teve do Exmo. Sr. Francisco de Távora, Governador e capitão-general que foi desta comarca por assim lhe ordenar Sua Majestade a quem Deus guarde e que tudo fez o dito capitão-mor a sua custa sem querer aceitar ajuda de custo que lhe mandava assistir o dito senhor por ordem de sua Majestade que Deus guarde e hoje se acha facilitados dos ditos caminhos que em qualquer tempo se vai e vem por eles trazem gado e cavalgadas a mais de sete ou oito anos de que se tem feito dos gados muita carniça de que tem ido muitas embarcações carregadas para a vila de Santos e Rio de Janeiro e há coisa de dois anos e meio pouco mais ou menos que tem ido bastante cavalgadas para a vila de Curitiba adonde se pagam os direitos de Sua Majestade. Também nos pede V. Exa. informemos a distância que irá de Tramandaí até o Rio Grande como também lhe falta a comunicação para os campos de dentro para Viamão por se dividirem com dois rios, um chamado Capivara vermelha e o outro Montiorio e estes dois rios deságuam no Rio Grande e entre estes dois ficam os campos que pede o capitão-mor que de comprimento serão dez léguas pouco mais ou menos e de largo em partes terá meia légua e assim se vai seguido em partes mais em partes menos esta é a verdadeira informação que podemos dar a V. Exa. passa o referido na verdade em fé do que passamos a presente certidão debaixo de juramento de nossos caros passada em Câmara nesta Vila da Laguna a 10 de novembro de 1734 e eu João da Silva Pinto, escrivão eleito por falta do da Câmara nesta vila, o escrevi".¹⁴

¹³ Laguna foi erigida em Vila em 1714, tendo tido uma primeira ocupação sistemática com o paulista Domingos de Brito Peixoto, a partir de 1688. As Câmaras tinham uma função fundamental na defesa dos interesses locais no Brasil colonial. Neste sentido, ver TORRES, Luiz Henrique. *Câmara Municipal do Rio Grande: berço do parlamento gaúcho*. Rio Grande: Salisgraf, 2001.

¹⁴ *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 34.

2.9 – Cristóvão Pereira de Abreu (1738)¹⁵: "E tornando ao Rio Grande, não digo é uma das mais vistosas coisas, que criou a natureza, por não parecer encarecido, ou cair na censura de ignorante; mas, expondo a sua grandeza, deixarei o louvor a ponderação de V. Reverendíssima. Corre de Oeste a Leste, e na entrada distância pouco menos de duas léguas, com meia de largo; para a parte do Norte faz uma barra, ou praia de areia, com uma enseada em que podem ancorar grande número de Navios, boa tença, seis ou sete braças de fundo, todo limpo, encostado a uma planície que lhe fica superior, a que alguns que ali têm chegado puseram o nome de Cidade, e não sem mistério pelo que naquele lugar se pode fazer com um rio de excelente água doce, que permanente por um lado se mete no Rio Grande. Neste lugar é a única parte em que se pode povoar e passar, e ainda que tem bastante largura, não é dificultoso o passar nela animais, em razão de que, com maré vazia, tem bancos em que descansam, e tem já passado muitos com felicidade, conduzidos pelos mercadores da Laguna, e eu passei alguns em minha companhia."¹⁶

3 – O PONTO DE VISTA DOS HISTORIADORES E INTELECTUAIS

Foram selecionadas e transcritas a seguir algumas passagens de historiadores/intelectuais que buscaram uma interpretação sobre a importância e a perenidade da "frota de João de Magalhães" para o povoamento do Rio Grande do Sul. Foram selecionados os seguintes autores: Aurélio Porto, Moacyr Domingues, Raphael Copstein, Guilhermino Cesar, Maria Luiza Bertuline Queiroz, Eurípedes Falcão Vieira & Suzana Rangel e Heinrich Bunse.

3.1 – Aurélio Porto: "em fins de outubro de 1725 parte da Laguna, para escolher sítio para uma povoação em substituição do capitão-mor Francisco de Brito Peixoto, seu genro João de Magalhães, acompanhado de 30 pessoas. Em um local situado ao sul do canal fundou povoação que serviria de entreposto do gado extraído do Pampa e que ao mesmo tempo seria um marco de ocupação da terra. Aí vai, para dar calor à povoação, o tenente-general David Marques Pereira, adiante ainda citado. Para velar sobre esse posto nomeou David Marques os capitães João da Costa e Estácio Pires, que superintenderiam a passagem dos gados para o norte. Retirou-se João de Magalhães, indo mais tarde sediar-se em Viamão, tendo o entreposto efêmera duração."¹⁷

¹⁵ O português e coronel de ordenanças Cristóvão Pereira de Abreu foi militar, comerciante (contratador de couros), tropeiro e desbravador dos antigos caminhos que buscavam uma ligação entre a Colônia do Sacramento e a economia colonial brasileira de São Paulo e região mineradora. Figura exponencial no período de expansão da presença portuguesa em direção ao Sul do Brasil.

¹⁶ ABREU, Cristóvão Pereira de. As campanhas da Nova Colônia e o Rio Grande 1738. In: CESAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDURGS, 1981. p. 117.

¹⁷ PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Selbach, 1954. p. 88-89.

3.2 – Moacyr Domingues: "João de Magalhães era português, do reino; casou-se também com uma filha do Francisco de Brito Peixoto e entrou na História porque, em 1725, isto é, antes da abertura da estrada, três anos antes, este João de Magalhães foi mandado para estabelecer uma povoação na Barra do Rio Grande. É a chamada, famosa Frota de João de Magalhães.(...) em 1725 foi para onde hoje é São José do Norte e ali ele ficou pelo menos dois anos com vinte e tantos homens. E aqui, neste livrinho do professor Guilhermino Cesar, tem um trecho muito interessante e que tem passado despercebido. Existem aqui as chamadas notícias práticas, escritas pelo Cristóvão Pereira de Abreu, de quem se falou há pouco, para o padre Diogo Soares. Este padre era um padre jesuíta, português, que foi mandado ao Brasil para fazer levantamentos cartográficos. Este padre passou pela Colônia do Sacramento em 1730 e o Cristóvão Pereira estava lá. Então, nesta ocasião, o Cristóvão Pereira deu a primeira notícia prática para o padre. Uma coisa muito bem escrita, descrevendo a Colônia do Sacramento, a parte do Uruguai etc. (...) Bom, o interessante é o seguinte: o Cristóvão Pereira escreveu isto aqui em 1738, e ele diz que em frente à cidade de Rio Grande há uma parte alta a que deram o nome de cidade. Agora eu pergunto aos senhores o seguinte: por que se daria o nome de cidade se ali não existisse nada? Como geralmente se supõe. Eu não tenho dúvida, até prova em contrário, que são remanescentes daquela expedição do João de Magalhães, que ali tiveram que construir curral para o gado, abrigo, porque eles ficaram lá muito tempo e naturalmente ali outras pessoas, que a História não registra, porque eram anônimas, mas que ali viveram e formaram uma meia dúzia de casas, ou seja lá o que for e que, em 1738, o Cristóvão Pereira diz que deram o nome de cidade. Para dar o nome de cidade me parece que não há outro motivo, salvo o de ter pessoas que viveram ali antes da fundação do Rio Grande em 1737. Isto eu acho que é uma novidade e eu lanço aqui, aos meus confrades, uma espécie de um desafio para que nós possamos esclarecer esta questão. Corroborando isto que o Cristóvão Pereira escreveu, há uma carta, um mapa feito pelo Padre Diogo Soares, este um geógrafo, de quem eu falei há pouco, ele fez várias cartas, uma delas eu tenho, eu trouxe de Portugal a fotocópia dela. Pega do Guaíba para cima, vamos dizer. Do Guaíba para o norte. Mas existe uma outra do trecho anterior que pega do Rio Grande até, mais ou menos, o Tramandaí. Na obra do nosso saudoso confrade Abeillard Barreto, quando ele fala no Padre Diogo Soares, o Abeillard Barreto viu esta carta, esta que eu não tenho, esta da parte do Rio Grande. E o Abeillard Barreto cita a nomenclatura que aparece naquela carta. E lá na carta do Padre Diogo Soares aparece um lugar assim: cidade, defronte ao Rio Grande. Exatamente isto que o Cristóvão Pereira escreveu. Então, realmente, quando o Padre Diogo Soares esteve lá em 1738 dava-se o nome de cidade, até talvez a título jocoso, uma brincadeira, chamar aquilo de cidade. Então isto vem confirmar que, realmente, antes da fundação

do Rio Grande, provavelmente existiu ali, defronte, em São José do Norte, um agrupamento de casas".¹⁸

3.3 – Raphael Copstein: "Em 1725, a mando de Brito Peixoto, seu genro, chefiando pequena expedição terrestre, conhecida como a Frota de João de Magalhães, estabeleceu-se nas proximidades da atual cidade de São José do Norte. Esta efêmera ocupação não marcou a paisagem rio-grandense".¹⁹

3.4 – Guilhermino Cesar: "Desta expedição – a primeira de que se tem notícia mais circunstanciada – trata o documento a seguir transcrito. A frota (expressão que ao tempo significava também – chusma, bando) estanciou provavelmente nas proximidades de São José do Norte e muito contribuiu a facilitar o conhecimento da região aos aventureiros que vieram depois, abrindo caminho à ocupação definitiva da área".²⁰ Ainda conforme Guilhermino Cesar, "a região era deserta, mas a sua posição geográfica tornava-a passagem obrigatória para as bandas da Lagoa Mirim e de Maldonado, na planície úmida e ubertosa que concentrava, à época, um dos maiores rebanhos das Vacarias do Mar. E, mais além, ficava a Colônia do Sacramento. A gente da expedição teria formado no Estreito invernadas e currais, que atraíram novos moradores e traficantes de gado. A iniciativa é acoroçada pela administração colonial, que envia ao encontro de Brito Peixoto o Tenente-General David Marques Pereira, com a incumbência de assisti-lo nessa investida povoadora. Os objetivos fiscais de sua missão parecem claros, pois designou os Capitães João da Costa e Estácio Pires superintendentes dos serviços de passagem das reses procedentes da margem direita do canal da Barra. Iniciara-se, afinal, o povoamento da estremadura brasileira (...) A frota de João de Magalhães não foi um empreendimento solitário. Muitos outros povoadores que não deixaram rastro em documento teriam estanciado nas planícies sulinas, antecipando-se aos expedicionários de 1737. E que essa gente em expansão para o Sul, além do Chuí, constituiu séria ameaça aos castelhanos, prova-o a citada reunião do Cabildo, que tão sôfrego se mostrou em louvar a vitória de suas armas".²¹

3.5 – Maria Luiza Bertulini Queiróz: "A frota estabeleceu-se na margem norte do canal do Rio Grande, para barrar a entrada de índios e espanhóis, e para controlar a passagem de gado procedente da margem direita. A ocupação estável do território ao sul da Laguna só vai se iniciar entre 1730 e 1732, com a migração dos lagunenses

¹⁸ DOMINGUES, Moacyr. O Rio Grande do Sul antes do Brigadeiro José da Silva Paes. *Revista do IHGRGS*. Porto Alegre: IHGRS, n. 133, p. 169-170, 1988.

¹⁹ COPSTEIN, Raphael. Os presídios e o início da urbanização rio-grandina. *Revista do IHGRS*. Porto Alegre: IHGRS, n. 133, p. 88, 1988.

²⁰ CESAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDURGS, 1981, p. 87.

²¹ CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*. período colonial. Porto Alegre: Globo, 1980, p. 92.

'agora com as suas famílias num êxodo definitivo da terra em que viviam', para as terras do Viamão, que se estendiam do Guaíba e Jacuí, ao norte da Lagoa dos Patos, pela Serra (Campos de Cima da Serra do Viamão), e atingiam os limites de Santa Catarina. Em 1732 foram concedidas as primeiras sesmarias, em Viamão e Tramandaí. João de Magalhães abandonou a parte do norte do canal e se dirigiu também para Viamão, diante da impossibilidade de fazer frente às arremetidas dos espanhóis na disputa pela posse do canal. O canal do Rio Grande ficou desocupado até 1737, assim como todo o território circunscrito à Lagoa Mirim e Lagoa dos Patos. O primeiro projeto de fortificação portuguesa nas margens do canal do Rio Grande foi elaborado por David Marques Pereira em 1727, prevendo sua instalação na margem sul e, ainda em 1731, o Conselho Ultramarino advogava junto à Coroa a necessidade de executá-lo".²²

3.6 – Heinrich Bunse: "A célebre Frota de Magalhães estabeleceu um posto de vigilância na margem setentrional do Canal – na chamada Barranca do Norte, provavelmente no local da atual cidade de São José do Norte, para assegurar a posse da barra e impedir incursões isoladas dos espanhóis após o fracasso daquela tentativa portuguesa de Montevideu, em 1724. Ao mesmo tempo, essa posse da barra garantia o comércio de gado (...) permaneceu João de Magalhães no local, de 1725 a 1733. É o primeiro posto de vigilância no Rio Grande do Sul e marca, sem dúvida, o início do povoamento, já que deve ter servido, entre outras, de apoio a uma série de pousos e currais entre a barra do Rio Grande e o rio Tramandaí".²³

3.7 – Eurípedes Falcão Vieira & Suzana Rangel: "João de Magalhães chefiou a expedição organizada e custeada por Brito Peixoto. Ao permanecer por oito anos no litoral do Rio Grande do Sul, tornou-se a primeira grande expressão do nascente povoamento rio-grandense em nome da coroa portuguesa. Em novembro de 1725 chegava à barranca norte (São José do Norte), fundando a primeira povoação do Rio Grande do Sul. Durante a penosa travessia das terras arenosas da restinga do norte, a expedição de Magalhães estabeleceu pontos de invernação e currais como os da zona do Estreito, que mais tarde evoluíram para as primeiras estâncias, ou seja, locais onde inicialmente os tropeiros permaneciam por mais tempo, estanciando para recuperação do gado nas longas jornadas. As estâncias ganharam com o tempo outra dimensão, transformando-se em áreas de propriedade criatória definida. Nascia a figura do estancieiro, proprietário da terra assim constituída. A notícia confirmando o sucesso da expedição de João de Magalhães, transmitida por David Marques Pereira

²² QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. *A Vila do Rio Grande de São Pedro*. Rio Grande: EDFURG, 1987, p. 33-34.

²³ BUNSE, Heinrich. *São José do Norte*: aspectos lingüístico-etnográficos do antigo município. Porto Alegre: Mercado Aberto/IEL, 1981, p. 14.

(ten-gen), desencadeou novos fluxos de povoadores a ocuparem terras nos vastos campos de Viamão, constituindo as 27 fazendas que justificaram em parte a negativa à petição de Brito Peixoto requerendo sesmarias. Na verdade, as invernadas começavam a se transformar nas primeiras fazendas, fixando os primeiros núcleos de povoamento. O Rio Grande do Sul, a partir da planície costeira, ergue-se no contexto do mundo lusitano".²⁴

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O povoamento humano no atual Rio Grande do Sul remonta a cerca de doze mil anos antes do presente, quando grupos de caçadores-coletores estabeleceram-se nas proximidades do Rio Uruguai. Ao longo dos milênios, outros grupos de caçadores e também de horticultores de floresta tropical e subtropical foram estabelecendo-se em diferentes ecossistemas do litoral, dos campos ou do planalto. O povoamento colonial europeu sistemático no Rio Grande do Sul teve início com as Missões Jesuítico-Guaranis a partir de 1626, no oeste/noroeste/centro do Rio Grande do Sul. Apesar das incursões de navegadores, militares e tropeiros, uma ocupação sistemática, apesar dos poucos recursos, por ser realizada por ação particular e com uma visão estratégica de controle da riqueza pecuária dos campos platinos, foi a chamada Frota de João de Magalhães, em 1725. A ocupação e povoamento a partir de diretrizes do Conselho Ultramarino e da Coroa Portuguesa, com recursos financeiros estatais, presença militar e contextualizado no conflito bélico luso-espanhol pelo controle da Colônia do Sacramento do Rio da Prata, foi a fundação de Rio Grande, em 1737.

Portanto, nas imediações da sede do atual Município de São José do Norte é que ocorreu esse pequeno núcleo de povoamento que durou oito anos (1725-1733), com função estratégica de controle do fluxo de gado da vacaria do mar visando a dinamização da economia brasileira nos quadros do sistema colonial. A partir dessa experiência, também iniciou a divisão fundiária das terras da Restinga de São José do Norte em forma de fazendas/invernadas para o descanso do gado a ser transportado para São Paulo.

A documentação apresentada busca trazer algumas fontes que balizem aquela conjuntura das primeiras décadas do século XVIII. A produção historiográfica demonstrou que as posições não são unânimes frente à importância da Frota e à ação lagunense na ampliação do espaço luso-brasileiro em direção ao palco de conflitos com a Espanha. Polêmicas que garantem a continuidade da investigação e a persistência de buscas interpretativas que elucidem os primórdios do povoamento e da ocupação do espaço no Rio Grande do Sul luso-brasileiro.

²⁴ VIEIRA, Eurípedes Falcão; RANGEL, Susana Regina Salum. *Planície Costeira do Rio Grande do Sul*. geografia física, vegetação e dinâmica sócio-demográfica. Porto Alegre: Sagra, 1988. p. 169-170.